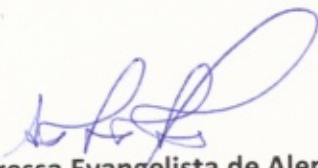


CONVOCAÇÃO

A Presidente do Conselho Administrativo do SANTAFÉPREV – Instituto Municipal de Previdência Social de Santa Fé do Sul, com base na Lei Municipal nº 3.104, de 14 de agosto de 2013, **CONVOCA**, para o Dia 16/10/2018, às 17h, na sala de Reuniões do Santaféprev, sito a Rua 07, nº 1.167, Centro, nesta Cidade, os membros do **Conselho de Administração**, para uma **REUNIÃO ORDINÁRIA** para tratar dos seguintes assuntos:

- 1 – Análise e aprovação da Política de Investimento para 2019;
- 2 - Comparativo das Aplicações Financeiras Agosto-Setembro/2018;
- 3 – Outros assuntos.

Estância Turística de Santa Fé do Sul, 15 de Outubro de 2018.



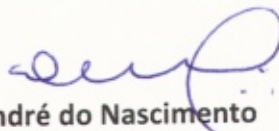
Andressa Evangelista de Alencar Rezende
Presidente do Conselho
CGRPPS nº 1.120

CONVOCAÇÃO – REUNIÃO 16/10/2018

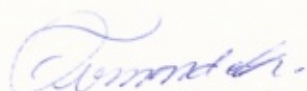
MEMBROS

Afastamento de Licença Saúde

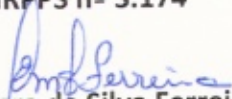
Renata Alves Rodrigues
Primeiro Suplente Designado
CGRPPS nº 1.132



José André do Nascimento
Primeiro Titular Eleito
CGRPPS nº 3.007




Fernanda Eloisa da Silva
Primeiro Suplente Eleito
CGRPPS nº 3.174




Edna Mara da Silva Ferreira
Segundo Suplente Designado

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SANTAFÉPREV – INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aos (16) dezesseis dias do mês de outubro de 2018, na sala de Reuniões do Santaféprev, sito a Rua 07, nº 1.167, Centro, nesta Cidade, com início às 17h, realizou-se a **SEXAGÉSIMA SEGUNDA** reunião do Conselho de Administração conjunta com o Conselho Fiscal, Comitê de Investimento e o Sr. Adriano César Calenti – Controlador Interno do Município, atendendo solicitação do Sr. Ronaldo da Silva Salvini, Diretor Presidente do Santaféprev. Na oportunidade verificou-se a presença dos seguintes Conselheiros: Andressa Evangelista de Alencar Rezende, Edna Mara da Silva Ferreira, José André do Nascimento e Fernanda Eloisa da Silva, e a presença de Evandro Carlos Zarpelão, Diretor de Benefícios, Antonio Elpidio Prado, Diretor Financeiro, Elio Miler, Diretor de Orçamento e Contabilidade e Ronaldo Salvini, Diretor Presidente. Havendo quórum dos Conselheiros, a Presidente do Conselho iniciou os trabalhos, convidando a Sra. Fernanda Eloisa da Silva para secretariá-la. Inicialmente agradeceu a presença de todos, apresentando a pauta de trabalho do dia: **1 – Análise e aprovação da Política de Investimento para 2019; 2 - Comparativo das Aplicações Financeiras Agosto-Setembro/2018 e 3 - Outros assuntos.** O presidente do Santaféprev a pedido da Presidente do Conselho iniciou sua apresentação. **Item 1** – A LDB Empresa de Consultoria Financeira encaminhou a minuta da Política de Investimento para 2019, onde foram realizadas várias adequações junto ao Comitê de Investimento, foi apresentado a minuta final e analisada pelos membros deste comitê. Colocado em discussão. Aprovado. **Item 2** – Informou que ao final do mês de setembro de 2018, o saldo financeiro foi de R\$ 56.192.906,25 (cinquenta e seis milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos), apresentando um aumento de R\$ 732.032,30 (setecentos e trinta e dois mil, trinta e dois reais e trinta centavos) em relação ao mês de agosto de 2018. **Item 3** – Recebemos o relatório do Balanço Geral do exercício de 2017 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, onde foi apresentado aos membros deste conselho explanado os pontos de defesa. Informamos ainda, que até o presente momento falta o pagamento do aporte até dia 31/10/2018 dos seguintes órgãos: SAAE, total R\$ 316.736,45, recolheu R\$ 159.951,92, resta R\$ 156.784,53; PREFEITURA, total R\$ 5.191.134,49, recolheu R\$ 200.000,00, resta R\$ 4.991.134,49; FUNEC, total R\$ 2.001.350,31, recolheu R\$ 300.000,00, resta R\$ 1.701.350,31; CÂMARA, total R\$ 51.910,42, recolheu R\$ 47.186,57, resta R\$ 4.723,85 e SANTAFÉPREV, total R\$ 68.178,62, recolheu R\$ 68.178,62. NADA MAIS havendo a tratar, a Presidente do Conselho declarou encerrada a reunião, precisamente às 18h, e para constar, eu (Fernanda Eloisa da Silva) Secretária, digitei a presente ata que é assinada por mim e pelo Presidente.


Fernanda Eloisa da Silva
Secretária
CGRPPS nº 3.174

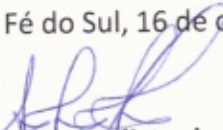

Andressa Evangelista de Alencar Rezende
Presidente do Conselho
CGRPPS nº 1.120

PARECER DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

O **Conselho Administrativo** do Santaféprev – Instituto Municipal de Previdência Social de Santa Fé do Sul, com base no artigo 105 e 106, da Lei Municipal nº 3.104, de 14/08/2013, reuniu nesta data para tratar de assuntos relacionados nos itens 1 a 3 da pauta de convocação e outros assuntos da ordem geral.

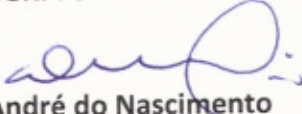
Após análise dos mesmos, julgou-se regulares e satisfatórias os assuntos relacionados nos itens 1 ao 3.

Estância Turística de Santa Fé do Sul, 16 de outubro de 2018.

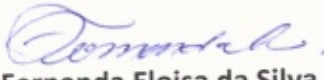


Andressa Evangelista de Alencar Rezende
Presidente do Conselho
CGRPPS nº 1.120

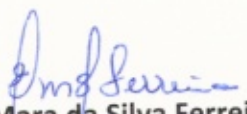
Afastamento de Licença Saúde
Renata Alves Rodrigues
Primeiro Suplente Designado
CGRPPS nº 1.132



José André do Nascimento
Primeiro Titular Eleito
CGRPPS nº 3.007



Fernanda Eloisa da Silva
Primeiro Suplente Eleito
CGRPPS nº 3.174



Edna Mara da Silva Ferreira
Segundo Suplente Designado



Com a sua ass. prezente, cobramos
de favor de ass. prezente!

POSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

COMPARATIVO BIMESTRAL: AGOSTO-SETEMBRO/2018

DENOMINAÇÃO DO FUNDOS	CNPJ	Regime	%	AGOSTO	%	SETEMBRO	%	DIFERENÇA	COTAS 31-08	COTAS 28-09	% REINT.
RENTA FIXA - ART. 7º - INCISO I, "B" - L. 100% - PI 75%											
IBB PREVIDENCIÁRIO RF RIF-M1 TP	11.328.882/0001-35	D+1	12,68	7.073.862,19	12,68	7.066.312,35	12,59	42.350,36	2.41040	2.42462	0,59016
BB PREVIDENCIÁRIO RF RIF-M1 TP APOORTE	11.328.882/0001-35	D+1	9,81	5.431.507,18	9,81	5.672.905,01	10,11	241.477,83	2.41060	2.42462	0,59016
BB PREVIDENCIÁRIO TP IPCA II	19.308.794/0001-90	D+1	0,36	197.836,24	0,36	199.377,11	0,36	2.400,87	1,79866	1,79107	1,21664
FI CAIXA BRASIL IRFMA I TP RF	10.740.670/0001-06	D+1	28,32	15.688.372,29	28,32	15.780.733,15	28,11	92.360,86	2,30601	2,31959	0,58872
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP RF LP	11.060.913/0001-10	D+1	21,96	12.162.932,49	21,96	12.267.142,17	21,85	104.209,68	2,51558	2,51713	0,85678
SANTANDER (RESERVA TAMA ADMINISTRATIVA)	11.180.607/0001-17	D+1	0,28	152.634,97	0,28	153.345,10	0,27	-289,87	266,83763	266,33087	-0,18891
RENTA FIXA - ART. 7º - INCISO III, "A" - L. 80% - PI 10%											
FUNDO DE INVESTIMENTO RECUPERAÇÃO BRASIL RF LP	11.902.276/0001-81	D+730	0,91	502.231,26	0,91	507.389,57	0,90	5.158,31	0,89604	0,90524	1,02708
RENTA FIXA - ART. 7º - INCISO IV, "A" - L. 30% - PI 30%											
SANTANDER FI COTAS EM FI INSTITUCIONAL RF DI	02.224.354/0001-81	D+0	5,160,32	765.186,60	5,160,32	1.079.272,73	1,85	274.086,13	169,57486	170,16185	0,46527
SANTANDER RF ATIVO IIC FI	28.507.132/0001-06	D+1	10,36	3.766.509,69	10,36	3.002.443,12	4,75,1,11	-764.066,57	10,67777	10,72447	0,43716
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL TP RF LP	05.164.356/0001-84	D+1	19,14	6.070.236,26	19,14	6.825.602,73	12,16	755.366,47	3,05990	3,07897	0,46643
RENTA FIXA - ART. 7º - INCISO VII, "A" - L. 5% - PI 3%											
FIDC TRENDBANK BANCO DE FOMENTO MULTISECTORIAL	08.927.488/0001-09	2019	0,01	4.955,75	0,01	4.680,20	0,01	-275,55	76,92178	72,58622	-5,61632
TOTAL RENDA FIXA											
				51.765.868,92	93,46	52.518.643,24	93,57	752.774,32			
RENTA VARIÁVEL - ART. 8º - INCISO B "A" - L. 15% - PI 2%											
J. MAJUCELLI SMALL CAPS FUNDO INVESTIMENTO AÇÕES	09.550.197/0001-07	D+20	0,54	300.577,48	0,54	290.099,72	0,52	-10.477,76	2,37170	2,28903	-3,48588
RENTA VARIÁVEL - ART. 8º - INCISO IV, "A" - L. 5% - PI 5%											
FI EM PARTICIPAÇÕES (F2) FUNDO ROMA	20.896.579/0001-60	D+1440	4,78	2.648.152,62	4,78	2.647.882,67	4,72	-269,95	93,48740633	93,48847379	-0,01019
FOCO CONQUEST FIP	10.625.626/0001-47	2017	1,22	673.285,04	1,22	673.112,69	1,20	-172,35	6,65341	6,65171	-0,02560
TOTAL RENDA VARIÁVEL											
				3.627.015,14	6,54	3.611.095,08	6,43	-10.020,06			
SALDO CONTA CORRENTE											
				72.989,89		63.167,93					
TOTAL GERAL				51.840.873,95	100,00	56.192.906,25	100,00	731.032,30			

BANCO	AGOSTO		SETEMBRO	
	VALOR	%	VALOR	%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	33.921.541,04	61,16	34.873.478,05	62,06
BANCO DO BRASIL	12.652.805,61	22,81	12.939.038,47	23,03
BANCO SANTANDER	4.684.331,26	8,45	4.194.060,95	7,46
UNICREDO ANTERIOR SANTANDER FIP	4.179.206,15	7,45	4.123.164,85	7,34
DISPONIBILIDADES	72.989,89	0,13	63.167,93	0,11
TOTAIS	55.460.873,95	100,00	56.192.906,25	100,00

[Handwritten signature]

Política de Investimento

2019

Minuta: LDB Empresas Consultoria Financeira
Adequação: Comitê de Investimento do Santaféprev
Aprovação: Conselhos Administrativo e Fiscal do Santaféprev

e-mail: santafeprev@santafeprev.com.br
Rua Sete nº 1167 - Centro - Fone/Fax 17 3631-3468
CEP 15775-000 - Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP

1 Introdução

O **SANTAFÉPREV – INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei Municipal nº 3.104/2013 e a Resolução CMN nº 3.992/2010 e posteriores alterações, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo **SANTAFÉPREV**. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Conselho Administrativo do **SANTAFÉPREV** na reunião ordinária/extraordinária nº 62, que ocorreu em 23/10/2018.

2 Definições

Ente Federativo: Município de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo
Unidade Gestora: **SANTAFÉPREV – INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**
CNPJ: 00.798.851/0001-21
Meta de Retorno Esperada: IPCA + 6,00%
Categoria do Investidor: Qualificado

3 Gestão Previdenciária (Pró Gestão)

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MPS Nº 185, de 14 de maio de 2015, tem por objetivo incentivar o **SANTAFÉPREV – INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL** a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório do Instituto cumpram seus códigos de conduta preacordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimento (P.I.), que deve submetê-la para aprovação ao Conselho de Administração, o agente superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Ainda de acordo com os normativos, esta P.I. estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste RPPS, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

4 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MPS nº 440/13 e a Lei Municipal nº 3.104/2013 o Comitê de Investimento do Santaféprev é formado por membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração e membros da Diretoria Executiva, possuindo caráter deliberativo. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

O comitê de investimento é formado por 5 membros. Sendo todos os membros do comitê são certificados conforme disposto a seguir:

NOME	CERTIFICADO	VALIDADE DA CERTIFICAÇÃO
Ronaldo da Silva Salvini	APIMEC - CGRPPS-519	24/03/2021
Antonio Elpidio Prado	APIMEC - CGRRPS- 2.105	05/03/2021
Elio Miler	AMBIMA - CPA10	03/08/2019
José André do Nascimento	APIMEC - CGRPPS 3.007	09/05/2022
Larissa Schiavinato Garcez	APIMEC - CGRPPS 1.132	12/03/2019

O SANTAFÉPREV deve sempre atentar para a data de vencimento das certificações acima, pois se não houver a maioria do Comitê de Investimentos certificada, perderá, no dia seguinte, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

5 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o SANTAFÉPREV no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado e do enquadramento das aplicações dos recursos, de acordo com o Art. 18 da Resolução CMN nº 3.922 e alterações. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários e seguir o determinado nos incisos I, II e III do respectivo artigo.

6 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta P.I. buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do SANTAFÉPREV, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos traçados.

Esta P.I. entrará em vigor em 01 de janeiro de 2019. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2019.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações e a Portaria MPS nº 519/11 e alterações que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do SANTAFÉPREV, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o Instituto deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

7 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos de acordo com o Artigo 15, §1º, Inciso I da Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações do SANTAFÉPREV, será própria, ou seja, o SANTAFÉPREV realizará a execução da P.I. de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos e respeitados os parâmetros da legislação e definidos nesta P.I.

8 Segregação de Massa

O SANTAFÉPREV não possui segregação de massa do seu plano de benefícios.

9 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2019 o SANTAFÉPREV prevê que o seu retorno esperado será no mínimo IPCA acrescido de uma taxa de juros real de 6,00%.

A escolha do IPCA, justifica-se pela Prefeitura utilizar para conceder a reposição inflacionária anual do salário dos servidores, como forma de coerência para evitar descasamento entre o crescimento do passivo atuarial e do ativo atuarial.

A escolha da taxa de juros real de 6,00%.

10 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos que o passivo atuarial do RPPS cresceu nos últimos três anos às seguintes taxas:

2015: 6,00%

2016: 6,00%

2017: 6,00%

Verificamos ainda que a rentabilidade da carteira nos últimos três anos foi:

2015: 11,08% Meta: 17,31%

2016: 11,24% Meta: 12,67%

2017: 10,15% Meta: 9,05%

11 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 28/09/2018.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (Resolução CMN N° 3.992/11)	CARTEIRA
Renda Fixa	100%	93,46 %
Renda Variável e Investimentos Estruturados	30%	6,54 %

12 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do SANTAFÉPREV e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- ✓ A alocação dos recursos nos diversos segmentos;
- ✓ Os limites máximos de aplicação em cada segmento e prazos de vencimentos dos investimentos; e
- ✓ A escolha por ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

13 Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

O cenário utilizado corresponde ao Boletim Focus (03/08/2018) que representa a média das expectativas dos principais agentes de mercado.

Mediana - Agregado	2018				2019				2020				2021							
	Hoje	Hoje	Hoje	Comp. Mensal	Hoje	Hoje	Hoje	Comp. Mensal	Hoje	Hoje	Hoje	Comp. Mensal	Hoje	Hoje	Hoje	Comp. Mensal				
IPCA (%)	4.17	4.11	4.11	(2)	192	4.20	4.10	4.10	(7)	106	4.00	4.00	4.00	(0)	94	4.00	4.00	3.91	(1)	80
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	4.17	4.10	4.11	(1)	36	4.20	4.11	4.10	(7)	33	4.00	4.00	4.00	(0)	20	4.00	4.00	3.87	(1)	28
PIB (% de crescimento)	1.51	1.50	1.50	(0)	73	2.10	2.10	2.10	(0)	72	2.10	2.10	2.10	(0)	56	2.50	2.50	2.50	(0)	73
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3.70	3.70	3.70	(0)	95	3.80	3.70	3.70	(2)	70	3.80	3.70	3.68	(1)	67	3.70	3.75	3.75	(0)	61
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	6.50	6.50	6.50	(0)	105	6.00	6.00	6.00	(29)	74	6.00	6.00	6.00	(0)	61	6.00	6.00	6.00	(0)	57
FGPM (%)	7.87	7.87	7.74	(1)	67	4.48	4.47	4.47	(0)	58	4.50	4.50	4.50	(0)	48	4.00	4.00	4.00	(0)	55
Juros Administrados (%)	4.40	4.81	7.80	(5)	28	4.44	4.58	4.58	(2)	27	4.00	4.00	4.00	(0)	25	4.00	4.00	4.00	(0)	13
Produção Industrial (% de crescimento)	2.85	2.90	2.85	(1)	18	3.05	3.00	3.00	(0)	17	3.00	3.00	3.00	(0)	14	3.00	3.00	3.00	(0)	11
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-30.00	-19.00	-18.11	(2)	29	-35.00	-31.00	-32.00	(1)	25	-40.00	-40.00	-40.00	(0)	19	-50.00	-50.00	-50.00	(0)	14
Balança Comercial (US\$ bilhões)	67.81	68.00	68.00	(0)	32	49.50	49.15	49.30	(1)	29	48.37	48.34	48.34	(0)	17	38.30	36.45	36.45	(2)	12
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	70.00	67.50	67.00	(1)	27	75.10	70.00	72.00	(1)	24	70.00	70.00	70.00	(0)	17	80.00	80.00	80.00	(0)	14
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54.85	54.90	54.25	(1)	34	58.00	58.00	57.70	(1)	22	58.00	58.00	58.00	(0)	20	63.30	62.20	62.25	(1)	16
Resultado Primário (% do PIB)	2.10	2.01	2.00	(1)	31	1.10	1.10	1.10	(0)	30	1.00	1.00	1.00	(0)	24	0.10	0.15	0.40	(1)	21
Resultado Nominal (% do PIB)	-2.40	-2.40	-2.40	(0)	21	-6.00	-6.00	-6.00	(0)	19	-6.50	-6.75	-6.75	(0)	16	-5.80	-6.10	-6.10	(0)	14

Nesse cenário exposto acima, o SANTAFÉPREV está com a sua carteira de investimentos aderente aos indicadores, podendo assim capitalizar a rentabilidade dos seus principais fatores de riscos investidos e se manter aderente também a meta de rentabilidade proposta.

As discussões da Reforma da Previdência no Congresso Nacional constituem um importante ponto de atenção para o SANTAFÉPREV, com a sua possível aprovação podendo afetar o SANTAFÉPREV de duas maneiras:

- 1- A sua aprovação poderá diminuir ainda mais a taxa estrutural de juros da economia, fazendo com que nesse cenário seja efetuada a revisão da meta de rentabilidade atual e para os futuros exercícios;
- 2- A aprovação da reforma terá impacto importante no passivo atuarial do SANTAFÉPREV, fato este que também acarretará uma revisão da meta de rentabilidade atual e para os futuros exercícios.

14 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior	Enquadramento
Títulos Públicos	100%	0%	0%	100%	Art. 7º, I, "a"
Fundos 100% Títulos Públicos	100%	74%	77%	100%	Art. 7º, I, "b"
Fundos de Índice 100% Títulos Públicos	100%	0%	0%	100%	Art. 7º, I, "c"
Operações Compromissadas	5%	0%	0%	5%	Art. 7º, II
Fundos Renda Fixa Referenciados	60%	1%	1%	60%	Art. 7º, III, "a"
Fundos de Índice Renda Fixa Referenciados	60%	0%	0%	60%	Art. 7º, III, "b"
Fundos de Renda Fixa	40%	5%	14%	40%	Art. 7º, IV, "a"
Fundos de Índice de Renda Fixa	40%	0%	0%	40%	Art. 7º, IV, "b"
Letras Imobiliárias Garantidas	20%	0%	0%	20%	Art. 7º, V, "b"
Cédula de Depósito Bancário	15%	0%	0%	15%	Art. 7º, VI, "a"
Poupança	15%	0%	0%	15%	Art. 7º, VI, "b"
Cota Sênior de FIDC	5%	1%	1%	5%	Art. 7º, VII, "a"
Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	5%	0%	0%	5%	Art. 7º, VII, "b"
Fundo de Debêntures	5%	0%	0%	5%	Art. 7º, VII, "c"
Fundos de Ações Referenciados (50 ações)	30%	0%	0%	30%	Art. 8º, I, "a"
Fundos de Índices Referenciados (50 ações)	30%	0%	0%	30%	Art. 8º, I, "b"
Fundos de Ações	20%	2%	2%	20%	Art. 8º, II, "a"
Fundos de Índice de Ações	20%	0%	0%	20%	Art. 8º, II, "b"
Fundos Multimercados	10%	0%	0%	10%	Art. 8º, III
Fundos de Participações	5%	5%	5%	5%	Art. 8º, IV, "a"
Fundos de Investimentos Imobiliários	5%	0%	0%	5%	Art. 8º, IV, "b"

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no item 13.

15 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o SANTAFÉPREV aplica seus recursos devem ser marcados a valor de mercado (exceto os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos regidos pela portaria MPS nº 65 de 26/02/2014), de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo SANTAFÉPREV são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos Preços Unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA e, ainda, que além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e, consequentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do SANTAFÉPREV no SELIC (Sistema Especial

e-mail: santafeprev@santafeprev.com.br

Rua Sete nº 1167 - Centro - Fone/Fax 17 3631-3468

CEP 15775-000 - Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP

de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição. Se o SANTAFÉPREV tiver efetuado o Estudo de ALM, é imprescindível que os títulos públicos sejam marcados na curva.

16 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

16.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value a Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

16.1.1 *VaR*

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo do SANTAFÉPREV controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios. O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE
Renda Fixa	5 %
Renda Variável	20 %

16.2 Risco de Crédito

16.2.1 *Abordagem Qualitativa*

O SANTAFÉPREV utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC (Cotas Sêniores)		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
PRAZO	-	Longo prazo	Longo prazo
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA
LF Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento, desde que observadas as seguintes condições:

- ✓ Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo;
- ✓ Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- ✓ No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;
- ✓ O enquadramento dos ativos de crédito será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

No ato do Credenciamento de cada um dos gestores dos fundos de investimentos, também será verificado o *rating* de Gestão de cada um deles.

16.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

B. Redução de demanda de mercado (Ativo)

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	90%
De 31 dias a 365 dias	5%
Acima de 365 dias	5%

16.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- ✓ A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- ✓ O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- ✓ Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- ✓ Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

16.5 Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus gestores externos, conforme definições na Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. No Credenciamento, o procedimento de seleção de gestores pelo RPPS deve conter histórico, justificativas, documentação relacionada, entre outros.

16.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades de investimentos, será feito por meio:

- ✓ Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos do SANTAFÉPREV;
- ✓ Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

16.7 Risco Sistemico

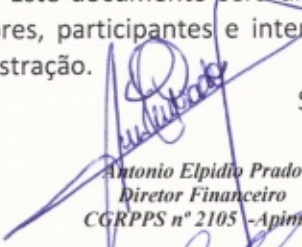
O risco sistemico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.


17 Considerações Finais

Este documento será disponibilizado por meio do sitio www.santafeprev.sp.gov.br a todos os servidores, participantes e interessados e os casos omissos deverão ser dirimidos pelo Conselho de Administração.

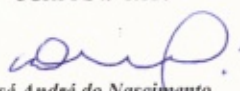
Santa Fé do Sul, 16 de Outubro de 2018.



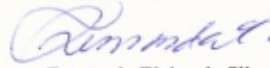
Antonio Elpidio Prado
Diretor Financeiro
CGRPPS nº 2105 - Apimec



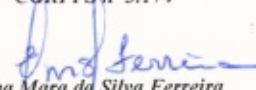
Andressa Evangelista de A. Rezende
Presidente Conselho Administrativo
CGRPPS nº 1.120



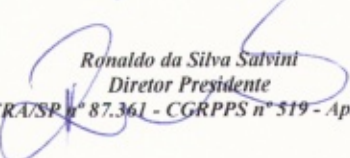
José André do Nascimento
Membro do Conselho Administrativo
CGRPPS nº 3.007



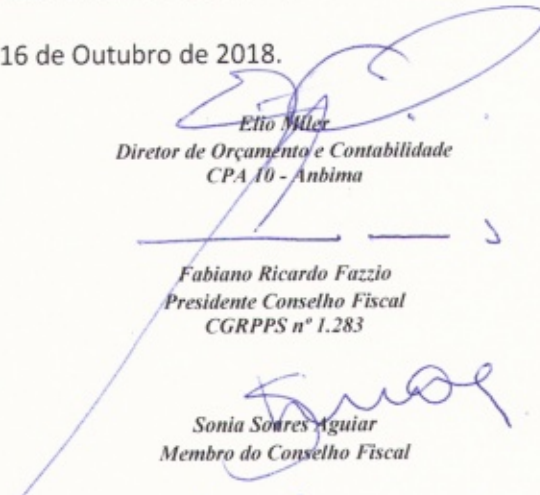
Fernanda Eloisa da Silva
Membro do Conselho Administrativo
CGRPPS nº 3.174



Edna Mara da Silva Ferreira
Membro do Conselho Administrativo



Ronaldo da Silva Salvini
Diretor Presidente
CRA/SP nº 87.361 - CGRPPS nº 519 - Apimec




Elto Miller
Diretor de Orçamento e Contabilidade
CPA 10 - Anbima

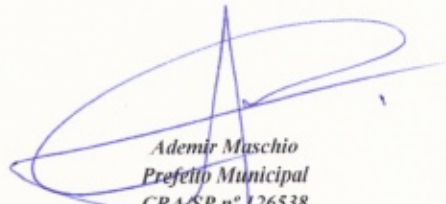
Fabiano Ricardo Fazzio
Presidente Conselho Fiscal
CGRPPS nº 1.283



Sonia Soares Aguiar
Membro do Conselho Fiscal



Larissa Schiaynato Garcez
Presidente do Conselho Fiscal
CGRPPS nº 1.124



Ademir Maschio
Prefeito Municipal
CRA/SP nº 126538